

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.218 - MG (2018/0305523-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : MMEI ELETROMECHANICA INDUSTRIAL EIRELI E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : ABF CONSTECH LTDA E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : BELLO DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : CARNES E FRIOS LTDA E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : CONSTRUTORA PACHECO EIRELI E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : IVAN NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : KYROS CONSULTORIA LTDA E FILIAL(IS)  
**RECORRIDO** : MC UBERLANDIA CENTRO COMERCIO DE LIVROS E INFORMATICA LTDA E FILIAL(IS)  
**ADVOGADOS** : ROSÍRES PAULA CERIZZE VOGAS E OUTRO(S) - MG096702  
OLÍVIA PEIXOTO PEREIRA - MG114205  
ISABELA PRUDENTE MARQUES - MG145629  
LIVIA IGNES RIBEIRO DE LIMA - MG137026

**EMENTA**

**TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE 13º SALÁRIO PROPORCIONAL AO AVISO PRÉVIO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional com fundamento no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA E DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. COMPENSAÇÃO.

No apelo especial (fls. 727-736), a Fazenda Nacional pugna, em síntese, pela incidência de contribuição previdenciária sobre os valores relativos ao décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado, argumentando seu caráter remuneratório.

Com contrarrazões.

Decisão de admissibilidade às fls. 811-812.

É o relatório. Passo a decidir.

Conforme relatado, a controvérsia cinge-se sobre a **incidência ou não de contribuição previdenciária sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio indenizado.**

Com efeito, esta Corte já decidiu legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores relativos ao décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado, ante o caráter remuneratório de tal verba.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL AO AVISO

PRÉVIO INDENIZADO. VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE HORAS EXTRAS. INCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. CRÉDITOS ADMINISTRADOS PELA ANTIGA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COM DÉBITOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL EXPRESSA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

**II – É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual incide contribuição previdenciária sobre o 13º salário proporcional pago em decorrência da dispensa do cumprimento do aviso prévio indenizado, porquanto tal verba integra o salário de contribuição.**

[...]

VII – Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.661.525/CE, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, Dje 26/04/2018, **grifo nosso**).

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO TERCEIRO PROPORCIONAL AO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA, COM HABITUALIDADE. INCIDÊNCIA.

**1. Pacífico o entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior pela incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro proporcional ao aviso prévio indenizado em razão da natureza remuneratória, como também sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia e com habitualidade.**

**2. O Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral no RE 565.160/SC, decidiu que "a contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, a qualquer título, quer anteriores, quer posteriores à Emenda Constitucional n. 20/1998 – inteligência dos artigos 195, inciso I, e 201, § 11, da Constituição Federal".**

**3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1.719.071/CE, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, Dje 22/10/2018, **grifo nosso**).**

Dessa forma, o acórdão recorrido merece reforma, pois está em confronto com a jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial para determinar a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores relativos ao décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

